



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**



16754/11

(OR. en)

PRESSE 421

PR CO 67

COMUNICADO DE IMPRENSA

3123.^a reunião do Conselho

Agricultura e Pescas

Bruxelas, 14 de Novembro de 2011

Presidente **Marek SAWICKI**
Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

I M P R E N S A

Rue de la Loi 175 B – 1048 BRUXELAS Tel.: +32 (0)2 281 6083 / 6319 Fax: +32 (0)2 281 8026
press.office@consilium.europa.eu <http://www.consilium.europa.eu/Newsroom>

16754/11

1
PT

Principais resultados do Conselho

*Relativamente às pescas, o Conselho realizou uma troca de impressões sobre **a dimensão externa da política comum das pescas.***

*No que respeita à agricultura, os Ministros procederam a uma troca de opiniões sobre a proposta de regulamento relativo aos **pagamentos directos** no âmbito da reforma da PAC.*

*Ao almoço, os Ministros debateram igualmente **a proposta de "ecologização" dos pagamentos directos** no âmbito da reforma da PAC.*

*Por último, o Conselho foi informado sobre a implementação da **directiva relativa ao bem-estar das galinhas poedeiras**, sobre uma **conferência acerca do papel das florestas a favor do clima e da biodiversidade**, sobre a **30.ª Conferência dos Directores dos Organismos Pagadores da UE** e sobre um pedido da Hungria de **prorrogação, até 2020, do regime de quotas do açúcar.***

*Quanto à **ajuda às pessoas mais necessitadas na UE**, um compromisso deverá garantir o bom funcionamento do programa em 2012 e 2013, em condições específicas.*

ÍNDICE¹

PARTICIPANTES	5
----------------------------	----------

PONTOS DEBATIDOS

PESCAS	7
Dimensão externa da política comum das pescas	7
AGRICULTURA	9
Reforma da PAC – pagamentos directos.....	9
DIVERSOS	10
Implementação da directiva "galinhas poedeiras".....	10
Conferência sobre o papel das florestas a favor do clima e da biodiversidade	10
30. ^a Conferência dos Directores dos Organismos Pagadores da UE.....	11
Prorrogação do regime aplicável ao sector do açúcar	11
Distribuição de alimentos às pessoas mais necessitadas	12

OUTROS PONTOS APROVADOS*PESCAS*

– Acordo de parceria entre a UE e a Guiné-Bissau – Novo Protocolo.....	13
--	----

AGRICULTURA

– Silvicultura – Acordo Internacional de 2006 sobre as Madeiras Tropicais.....	13
--	----

INVESTIGAÇÃO

– Empresa comum "Pilhas de Combustível e Hidrogénio".....	14
---	----

¹ Nos casos em que tenham sido formalmente adoptadas pelo Conselho declarações, conclusões ou resoluções, o facto é indicado no título do ponto em questão e o texto está colocado entre aspas. Os documentos cuja referência se menciona no texto estão acessíveis no sítio Internet do Conselho <http://www.consilium.europa.eu>. Os actos adoptados que são objecto de declarações para a acta que podem ser facultadas ao público vão assinalados por um asterisco; estas declarações estão disponíveis no sítio Internet do Conselho acima mencionado ou podem ser obtidas junto do Serviço de Imprensa.

SAÚDE

- Dispositivos médicos de diagnóstico in vitro..... 15

EMPREGO

- Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a favor da Irlanda 15

PARTICIPANTES

Os Governos dos Estados-Membros e a Comissão Europeia estiveram representados do seguinte modo:

Bélgica:

Sabine LARUELLE

Ministra das PME, dos Trabalhadores Independentes, da Agricultura e da Política Científica

Bulgária:

Miroslav NAYDENOV

Ministro da Agricultura e da Alimentação

República Checa:

Petr BENDL

Juraj CHMIEL

Ministro da Agricultura
Vice-Ministro da Agricultura

Dinamarca:

Mette GJERSKOV

Ministra da Alimentação, Agricultura e Pescas

Alemanha:

Ilse AIGNER

Robert KLOOS

Ministra Federal da Alimentação, da Agricultura e da Protecção dos Consumidores
Secretário de Estado, Ministério Federal da Alimentação, da Agricultura e da Protecção dos Consumidores

Estónia:

Helir-Valdor SEEDER

Ministro da Agricultura

Irlanda:

Thomas HANNEY

Tom MORAN

Representante Permanente Adjunto
Secretário de Estado da Alimentação, da Agricultura e da Marinha

Grécia:

Georgia BAZOTI-MISONI

Andreas PAPASTAVROU

Secretária-Geral da Alimentação e da Agricultura
Representante Permanente Adjunto

Espanha:

Rosa AGUILAR RIVERO

Rosa María QUINTANA

Ana Isabel MARIÑO

Ministra do Ambiente e Meio Rural e Marinho
Ministra do Mar da Comunidade Autónoma da Galiza
Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território da Comunidade Autónoma de Madrid

França:

Bruno LE MAIRE

Ministro da Agricultura, da Alimentação, das Pescas, da Ruralidade e do Ordenamento do Território

Itália:

Francesco Saverio ROMANO

Ministro da Política Agrícola, Alimentar e Florestal

Chipre:

Sofoclis ALETRARIS

Ministro da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Ambiente

Letónia:

Laimdota STRAUJUMA

Ministra da Agricultura

Lituânia:

Kazys STARKEVICIUS

Ministro da Agricultura

Luxemburgo:

Romain SCHNEIDER

Ministro da Agricultura, Viticultura e Desenvolvimento Rural

Hungria:

György CZERVÁN

Secretário de Estado, Ministério do Desenvolvimento Rural

Malta:

Patrick MIFSUND

Representante Permanente Adjunto

Países Baixos:

Henk BLEKER

Ministro da Agricultura e do Comércio Externo

Áustria:

Nikolaus BERLAKOVICH

Ministro Federal da Agricultura, das Florestas, do
Ambiente e dos Recursos Hídricos**Polónia:**Marek SAWICKI
Kazimierz PLOCKE
Jarosław WOJTOWICZMinistro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
Vice-Ministro da Agricultura
Subsecretário de Estado, Ministério da Agricultura e do
Desenvolvimento Rural**Portugal:**Assunção CRISTAS

José DIOGO ALBUQUERQUEMinistra da Agricultura, do Mar, Ambiente e
Ordenamento do Território
Secretário de Estado da Agricultura**Roménia:**

Valeriu TABĂRĂ

Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Eslovénia:

Dejan ŽIDAN

Ministro da Agricultura, das Florestas e da Alimentação

Eslováquia:

Zsolt SIMON

Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Finlândia:Jari KOSKINEN
Risto ARTJOKIMinistro da Agricultura e das Florestas
Secretário de Estado**Suécia:**Eskil ERLANDSSON
Jan Roland OLSSONMinistra dos Assuntos Rurais
Representante Permanente Adjunto**Reino Unido:**

Caroline SPELMAN

Jim PAICE

Richard BENYON

Ministra do Ambiente, da Alimentação e dos Assuntos
Rurais
Ministro-adjunto do Ambiente, da Alimentação e do
Desenvolvimento Rural
Secretário de Estado, Ambiente e Pescas**Comissão:**Maria DAMANAKI
John DALLI
Dacian CIOLOŞMembro
Membro
Membro

PONTOS DEBATIDOS

PESCAS

Dimensão externa da política comum das pescas

O Conselho realizou uma troca de impressões sobre a comunicação da Comissão relativa à dimensão externa da política comum das pescas (PCP) ([12517/11](#)), no quadro das propostas para a reforma da PCP.

A maioria das delegações destacou a importância da dimensão externa da PCP em termos de contribuição para o abastecimento de produtos da pesca e de garantia da prossecução a níveis interno e externo da política de sustentabilidade de UE. Realçaram além disso o papel essencial a desempenhar pelos organismos regionais de gestão das pescas (ORGP) e pelos acordos bilaterais, em especial na luta contra a pesca ilegal, não registada e não regulamentada.

A transparência em relação aos níveis de exploração nas águas sob jurisdição dos Estados costeiros, bem como no que diz respeito à avaliação dos acordos bilaterais, incluindo a avaliação científica das unidades populacionais, foi considerada uma importante questão.

Relativamente à introdução de uma taxa que permita a um armador aceder ao alto mar, os Estados-Membros mostraram-se bastante cautelosos, caso esta seja concebida como medida unilateral, uma vez que seria susceptível de reduzir a competitividade das frotas comunitárias e, por conseguinte, a presença da UE a nível internacional. Relativamente à proposta da Comissão de aumentar gradualmente as taxas dos armadores de acesso às águas dos Estados costeiros no âmbito de acordos bilaterais, os Estados-Membros dividiram-se, avaliando de forma divergente a viabilidade económica de outros aumentos dos custos.

Em contrapartida, verificou-se um apoio geral à dissociação entre o apoio sectorial aos Estados costeiros ao abrigo dos acordos bilaterais e as taxas de acesso. Juntamente com essa dissociação, a maior parte dos Estados-Membros solicitou que a condicionalidade se torne mais firme e orientada para os resultados no que se refere às pescas sustentáveis a nível local e regional, tendo alguns Estados-Membros solicitado uma maior coerência em relação à política de desenvolvimento em geral.

A maioria das delegações considerou a igualdade de condições em relação aos países terceiros como uma dimensão essencial da futura PCP. Alguns Estados-Membros insistiram no papel das medidas comerciais como instrumento para defesa da PCP.

Por último, alguns Estados-Membros manifestaram-se a favor de conclusões do Conselho inspiradas nas que foram adoptadas em 2004 sobre os Acordos de Parceria no domínio das pescas, mas a maioria das delegações preferia que os principais elementos da dimensão externa da PCP fossem introduzidos nas propostas legislativas.

Durante a reunião do Conselho (Agricultura e Pescas) de Julho de 2011, o Conselho lançou o processo de reforma da PCP realizando uma troca de impressões pública sobre as propostas da Comissão sobre este tema ([13028/11](#)). Nessa ocasião, vários Estados-Membros observaram que essas propostas atribuíam uma importância específica à política externa da UE em matéria de pescas.

Na sua comunicação sobre a dimensão externa da PCP, a Comissão observou que num contexto em que 85% das unidades populacionais de peixes de todo o mundo são consideradas plenamente exploradas ou sobreexploradas, a UE é um dos poucos actores importantes com uma forte presença em todos os oceanos do mundo, através das suas frotas e investimentos, dos acordos bilaterais com países terceiros e da participação nas ORGP mais relevantes. Além disso, a UE constitui também o principal mercado para os produtos da pesca, em termos de consumo e de importações. Tudo isto confere à UE a responsabilidade de contribuir a longo prazo para a sustentabilidade a nível mundial através do reforço do desempenho das ORGP e da melhoria do funcionamento dos acordos de pesca bilaterais.

AGRICULTURA

Reforma da PAC – pagamentos directos

Os Ministros realizaram uma troca de pontos de vista sobre a proposta de regulamento que estabelece regras para os pagamentos directos aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da política agrícola comum (PAC) ([15396/11](#) + REV I).

O debate centrou-se na proposta de estrutura para os pagamentos directos relativos ao período compreendido entre 2014 e 2020, bem como na repartição dos pagamentos directos entre Estados-Membros e dentro dos Estados-Membros.

Quanto à proposta de estrutura para os pagamentos directos relativos ao período compreendido entre 2014 e 2020, alguns Estados-Membros consideraram que aponta no sentido certo. No entanto, vários Estados-Membros puseram em causa a definição proposta de "agricultor activo" e alguns elementos da proposta "ecologização" dos pagamentos directos tais como a repartição dos envelopes nacionais a afectar à tarefa de repartir os solos agrícolas de modo a que se tornem superfícies de interesse ecológico. As medidas de simplificação a favor dos pequenos agricultores e as medidas destinadas a ajudar os jovens agricultores foram de um modo geral bem aceites, embora alguns Estados-Membros considerassem que a aplicação desses dois programas devia ser facultativa para os Estados-Membros.

Além disso, uma grande maioria das delegações salientou o facto de que é necessário assegurar que os novos procedimentos para os pagamentos directos sejam consentâneos com o objectivo de simplificação da PAC.

Relativamente à distribuição dos pagamentos directos entre os Estados-Membros, várias delegações manifestaram as suas preocupações, tendo algumas identificado problemas relacionados com as propostas de repartição dos pagamentos pelos Estados-Membros.

A proposta sobre pagamentos directos é parte do pacote sobre a reforma da PAC que foi apresentado pela Comissão durante a última reunião do Conselho (Agricultura) em Outubro. Nessa ocasião, o Conselho realizou um debate público sobre todo o pacote.

A proposta de regulamento sobre pagamentos directos é uma das quatro propostas principais a adoptar pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu (processo legislativo ordinário), juntamente com as propostas sobre o desenvolvimento rural, a organização comum de mercado única e o financiamento da PAC.

O Conselho prosseguirá os seus debates sobre a reforma da PAC com um debate político de orientação sobre o desenvolvimento rural em Dezembro.

DIVERSOS

Implementação da directiva "galinhas poedeiras"

Os Ministros tomaram conhecimento de uma avaliação fornecida pela Comissão sobre o estado da implementação da Directiva 1999/74 relativa à protecção das galinhas poedeiras ([16603/11](#)).

Essa avaliação baseou-se nos dados enviados pelos Estados-Membros e nos debates efectuados em 28 de Outubro de 2011 numa reunião de peritos realizada a convite da Comissão.

Foram evocadas as consequências da não conformidade com a referida directiva, salientando a necessidade de se tomarem urgentemente todas as medidas necessárias para assegurar a conformidade com a mesma.

A Directiva 1999/74 estipula que as gaiolas convencionais terão de ser eliminadas gradualmente na UE até 1 de Janeiro de 2012 em virtude de terem sido consideradas inaceitáveis por razões de bem-estar animal. Essas gaiolas têm de ser substituídas por gaiolas melhoradas ou sistemas alternativos. Os Estados-Membros são os principais responsáveis pela aplicação da directiva, desde a sua adopção.

Conferência sobre o papel das florestas a favor do clima e da biodiversidade

A Presidência informou o Conselho sobre a Conferência subordinada ao tema "O papel das florestas a favor do Clima e da Biodiversidade" e sobre a reunião de Directores-Gerais da UE responsáveis pelas Florestas e pela Natureza que teve lugar em Ryn (Polónia) de 28 a 29 de Setembro de 2011 ([16612/11](#)).

A Conferência de Ryn foi organizada pela Presidência Polaca. Delegados da maioria dos Estados-Membros da UE, da Comissão, do Parlamento polaco e da administração governamental, cientistas e organizações não governamentais partilharam as suas experiências sobre questões como a gestão das florestas e os futuros desafios para a silvicultura na União Europeia. Todos os presentes consideraram que a protecção dos ecossistemas florestais constitui parte integrante da gestão sustentável e multifuncional das florestas. Os delegados sublinharam o papel das florestas na conservação da natureza e na adaptação às alterações climáticas. É evidente que as florestas europeias têm um potencial significativo em termos de atenuação das alterações climáticas, tanto por cobrirem uma vasta área como pela diversidade da sua estrutura.

No segundo dia da Conferência de Ryn tiveram lugar dois eventos separados e paralelos. O primeiro foi a reunião dos Directores-Gerais da UE responsáveis pelas Florestas. Os principais temas tratados foram os seguintes: uma nova estratégia silvícola da UE e o âmbito do futuro acordo juridicamente vinculativo sobre as florestas na Europa. Os debates incidiram também sobre outras questões relacionadas com a silvicultura, como a economia verde, critérios sustentáveis para a biomassa e energias renováveis.

O segundo evento foi a reunião dos Directores-Gerais da UE responsáveis pela Natureza. Os delegados trocaram opiniões sobre três questões principais: abordagem de um novo instrumento legislativo da UE sobre espécies exóticas invasoras, instrumentos financeiros na conservação da natureza e integração da política de conservação da natureza da UE noutras grandes políticas da UE.

30.ª Conferência dos Directores dos Organismos Pagadores da UE

Os Ministros foram informados pela Presidência Polaca das conclusões da 30.ª Conferência dos Directores dos Organismos Pagadores da UE que teve lugar em Sopot (Polónia) de 21 a 23 de Setembro de 2011 ([16629/11](#)).

Foram debatidos dois pontos:

- simplificação da PAC e redução dos encargos administrativos, e
- preparação para a implementação das alterações à PAC após 2013.

Prorrogação do regime aplicável ao sector do açúcar

O Conselho tomou conhecimento do pedido da Delegação Húngara relativamente à prorrogação, até 2020, do regime de quotas aplicável ao sector do açúcar.

Esse pedido mereceu apoios diversos das Delegações Belga, Checa, Alemã, Espanhola, Francesa, Lituana, Austríaca, Portuguesa, Eslovaca, Finlandesa e Romena ([16666/11](#)). Partilhando embora as preocupações das outras delegações acerca dos problemas actuais em termos de abastecimento no mercado do açúcar, as Delegações Irlandesa, Letã, Eslovena e do Reino Unido opuseram-se a uma eventual prorrogação do regime para além do termo do prazo previsto para 2015.

Na sequência da reforma de 2006 do sector comunitário do açúcar, o termo do actual regime de quotas está previsto para Setembro de 2015. As propostas da Comissão de reforma da PAC não prevêem a prorrogação do regime para além dessa data.

Distribuição de alimentos às pessoas mais necessitadas

A pedido da Delegação Francesa, a Presidência indicou que poderia ser confirmada ulteriormente a existência de uma maioria qualificada no Conselho a favor da continuação temporária do programa de distribuição de alimentos às pessoas mais necessitadas, o que deveria garantir o bom funcionamento do programa em 2012 e 2013, em condições específicas.

A Presidência agendará este ponto na ordem do dia de uma das próximas reuniões do Conselho, com vista a chegar a um acordo com base num compromisso da Presidência.

Para mais informações, consultar o comunicado de imprensa [16899/11](#).

OUTROS PONTOS APROVADOS

PESCAS

Acordo de parceria entre a UE e a Guiné-Bissau – Novo Protocolo

O Conselho adoptou uma decisão relativa à assinatura, em nome da UE, e à aplicação provisória do Protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no sector da pesca entre a UE e a República da Guiné-Bissau ([15179/11](#)).

O Acordo de Parceria no domínio da pesca entre a UE e a Guiné-Bissau foi celebrado em 2008. O Protocolo tem por principal objectivo definir as possibilidades de pesca atribuídas aos navios da UE, bem como a contrapartida financeira devida, separadamente, a título dos direitos de acesso e do apoio sectorial. Na sequência das negociações, o novo Protocolo foi rubricado em 15 de Junho de 2011, data em que expirou o protocolo anterior. A fim de permitir aos navios da UE exercerem actividades de pesca, o novo protocolo deve ser assinado e aplicado a título provisório, enquanto se aguarda a conclusão das formalidades necessárias à sua celebração.

Além da assinatura da aplicação provisória do novo Protocolo, o Conselho adoptou ainda um regulamento relativo à repartição das possibilidades de pesca entre os Estados-Membros ([15177/11](#)).

AGRICULTURA

Silvicultura – Acordo Internacional de 2006 sobre as Madeiras Tropicais

O Conselho adoptou uma decisão relativa à celebração, em nome da UE, do Acordo Internacional de 2006 sobre as Madeiras Tropicais ([5812/11](#)).

A Conferência criada no âmbito da CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) concluiu os seus trabalhos relativos à substituição do Acordo Internacional de 1994 sobre as Madeiras Tropicais, com a adopção, em 27 de Janeiro de 2006, do texto de um novo acordo. O Acordo foi aberto à assinatura na ONU em Nova Iorque.

Embora os acordos sobre as madeiras tropicais sejam geralmente acordos comerciais cobertos pelo artigo 133.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, são considerados acordos no domínio dos produtos de base não convencionais que abrangem simultaneamente uma vertente comercial e uma vertente ambiental através da gestão sustentável destinada à conservação das espécies florestais tropicais.

Consequentemente, a presente proposta de decisão visa aprovar o Acordo Internacional de 2006 sobre as Madeiras Tropicais e autorizar a UE a depositar o instrumento de aprovação junto do serviço dos tratados internacionais da ONU.

INVESTIGAÇÃO

Empresa comum "Pilhas de Combustível e Hidrogénio"

O Conselho adoptou um regulamento que adapta as actuais disposições que regem a empresa comum "Pilhas de Combustível e Hidrogénio", a fim de facilitar as acções de investigação e o aumento dos níveis de financiamento do projecto ([14993/1/11](#)).

A iniciativa tecnológica comum "Pilhas de Combustível e Hidrogénio" é uma parceria público-privada que apoia as actividades de investigação, desenvolvimento e demonstração relativas a tecnologias energéticas de pilhas de combustível e hidrogénio na Europa. Tem por finalidade acelerar a introdução no mercado destas tecnologias, concretizando o seu potencial como vector num sistema energético hipocarbónico.

Para implementar a iniciativa, os membros fundadores criaram um empresa comum em Maio de 2008, para o período até 2017, com o objectivo de centralizar recursos de fontes públicas e privadas¹.

¹ Empresa Comum "Pilhas de Combustível e Hidrogénio"

SAÚDE

Dispositivos médicos de diagnóstico in vitro

O Conselho decidiu não se opor à adopção pela Comissão de uma directiva que estabelece o procedimento que o fabricante deverá seguir para afixar a marcação CE em ensaios "variante da doença de Creutzfeldt-Jakob".

A directiva alterará a Directiva 98/79/CE relativa aos dispositivos médicos de diagnóstico *in vitro*, que prevê que a lista de dispositivos abrangidos pelo seu anexo II possa ser alargada mediante o procedimento de regulamentação com controlo.

Nos termos desse procedimento, uma vez que o Conselho deu a sua aprovação, a Comissão pode adoptar a directiva, salvo se o Parlamento Europeu se opuser.

EMPREGO

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a favor da Irlanda

O Conselho adoptou três decisões relativas à mobilização de um montante total de EUR 35,7 milhões ao abrigo do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG), para dar apoio a trabalhadores que perderam o emprego no sector da construção na Irlanda. Um montante de EUR 21,7 milhões é afectado a trabalhadores despedidos, em particular no sector da construção especializada. Um montante de EUR 12,7 milhões é mobilizado para trabalhadores despedidos especializados na construção de edifícios, e os restantes EUR 1,4 milhões serão afectados a pessoas despedidas que anteriormente trabalhavam em actividades de arquitectura e engenharia, e nos serviços técnicos de ensaios e análise. O sector da construção na Irlanda foi gravemente afectado pela quebra da actividade de construção, confrontada com a grave crise do crédito no sector bancário em consequência da crise financeira e económica mundial.